O espaço-tempo da práxis urbana na modernidade

Ana Fani Alessandri Carlos [1]

***Resumo**: A cidade produzida pelo trabalho social como obra da civilização e, nesta condição "feita para durar" perpetuando-se (se é que este termo é correto para designar uma relação entre a vida humana e a vida das formas urbanas ambas em metamorfose crescente produzida pelo movimento da história), parece desfazer-se nos dias de hoje a ponto dos cidadãos a perceberem como estranhamento, vivendo-a como privação. A obra sobrepõe-se ao criador – a alienação do humano se realiza, também, através da reprodução do espaço urbano. Esse artigo pretende trazer algumas ideias sobre esta "situação".*

***Palavras- chave**: Espaço-tempo, Urbano, Alienação, Cotidiano, Memória.*

The space-time of urban praxis in modernity

***Abstract**: The city produced by social work as a master piece of civilization and, is this condition to perpetuating itself (if this term is correct to designate a relation between human life and urban forms both in increasing transformation produced by the movement of history), seems to be dissolve nowadays to the point of citizens perceiving as strangeness, living it as deprivation. The work surpasses the creator - the alienation of the human is realized as a reproduction of the urban space. This article intends to bring some ideas about this "situation".*

***Keywords**: Space-Time, Urban, Alienation, Everydaylife, Memory.*

Introdução

O raciocínio aqui desenvolvido, parte da hipótese segundo a qual haveria, no mundo moderno, um estreitamento do tempo nas transformações das formas urbanas que se realiza destruindo a história impressa na cidade pelo processo civilizatório construído no decurso do tempo lento: aquele da acumulação das ações humanas que diz respeito à história da humanidade. Esse processo que associa espaço e tempo é constitutivo da vida humana. Em sua relação indissociável, o tempo se realiza através dos modos de uso do espaço para realização/reprodução da vida enquanto o espaço se realiza através da duração da ação que transforma a natureza em um mundo social. Os lugares da prática que se descrevem em ato, revelam a vida cotidiana enquanto prática sócio-espaço-temporal. Os habitantes se relacionam com o outro e com o espaço, produzindo os lugares e, neste movimento, constituindo-se enquanto sociedade. Essa hipótese se desdobra da tese de que a produção da vida se realiza produzindo o espaço, caracterizando a

[1] Departamento de Geografia. FFLCH - USP. E-mail: anafanic@usp.br

práxis como socio-espaço-temporal[2]. Nesta perspectiva, não haveria uma sociedade a-espacial e a produção do espaço se colocaria como ação imanente àquela da reprodução da sociedade[3].

A forma urbana

A cidade produzida pelo trabalho social, obra da civilização e, nesta condição "feita para durar", modifica-se sem cessar, sob o signo da modernidade. O tempo da vida metamorfoseado nas formas urbanas muda com velocidade impressionante – com isso quero dizer que o tempo das transformações é cada vez mais curto que o tempo de uma geração. Esta velocidade que degrada o "eterno e o contínuo" impõe-se pela linearidade do tempo da "curta duração" definido no seio do processo produtivo capitalista. Esse espaço-tempo que vai caracterizar a modernidade é anunciado pela explosão dos referenciais que sustentam a vida humana anunciado por Charles Baudelaire já na segunda metade do século XIX. Do ponto de vista da produção da cidade e da vida na cidade – como expressão e local de nascimento da modernidade -, a morfologia urbana permite apreender estabilidades provisórias, equilíbrios momentâneos, aquilo que se rompe e se perde, mas contraditoriamente, aquilo que persiste (metamorfoseando-se ou estagnando-se, ou persistindo como marco); expondo a dialética do tempo cíclico/linear; da continuidade/ descontinuidade, no descompasso forma/função. Assim como um pensamento que vaga passando de uma imagem a outra, a cidade, ela própria, vai se transformando rapidamente ganhando a fluidez de um turbilhão de imagens.

Esta situação ganha novos significados hoje num contexto em que as relações sociais se inscrevem num espaço que se reproduz, tendencialmente, sem referências, como movimento constitutivo do espaço abstrato. Nas últimas décadas, as mudanças espaço-temporais se aceleram e tem sua explicação no modo como a mundialização se realiza, redirecionando a vida que passa a ser sustentada pelo paradigma da efemeridade do tempo que, acelerado pela técnica, produziu sua própria abstração. Aqui o tempo abstrato se mede pela quantidade e não por suas qualidades produtoras do humano. Esse processo também está na origem da produção abstrata do espaço urbano que passa a ser vivido/pensado como distância - tempo de percurso e, nesta direção, destituído de seu conteúdo social e histórico. O espaço abstrato é produto direto do capitalismo que transforma a cidade em força produtiva.

Espaço e tempo abstratos redefinem a prática social através da deterioração dos usos dos lugares de realização da vida esvaziados dos conteúdos da historicidade que, como a própria história,

torna-se elenco-lugar de eventos. O tempo efêmero se articula, assim a um espaço amnésico[4] - um espaço que se renova – a partir de uma lógica imposta pelas necessidades do crescimento econômico - destruindo as referências que sustentam a vida. Essa relação caracteriza a modernidade do final do século XX, início do século XXI. Esse novo é marcado pela velocidade da mudança, pela abreviatura do tempo. Um processo que enfoca constantemente a ruptura; uma mudança que não é mais gradual, mas brutal: "era e não é mais". Nesse quadro, os referenciais se diluem no espaço urbano - aonde a metrópole é referência deste processo de planejamento autofágico. A forma carregada de valor e quadro de referência da vida é redefinida por novas funções.

Os referenciais que sustentam a vida – pela produção da identidade criada no uso - aparecem cada vez mais distantes do plano do lugar e da pratica cotidiana em sua dimensão sócio-espaço-temporal; são agora definidos por uma ordem distante, mas aí se realizando posto que o global só pode se realizar na concretude da escala local a partir da qual se constituem as redes pela divisão socioespacial do trabalho. Portanto, o ritmo da vida cotidiana que se associa à duração das formas enquanto persistência do uso (que se realiza pelas formas materiais do espaço e do corpo) sofre alterações profundas. Os traços em que se baseiam a construção da identidade produzida pela vida de relações, a partir do ato de habitar, esmorecem aos poucos. Deste modo a memória impressa nas formas urbanas (produto dos usos e das mais diversas formas de apropriação social) tende a esvaziar-se. Esse plano, que se refere àquele da práxis, é produtora de uma nova identidade produzida num plano abstrato – aquele do mundo da mercadoria- isto é, a identidade é forjada no âmbito da sociedade de consumo. Ao mesmo tempo em que a vida cotidiana, como espaço-tempo da realização e reprodução do humano, perde sua força nos lugares renovados ou reabilitados pelas necessidades do processo de acumulação que comanda a produção do espaço.

As novas formas urbanas que empobrecem as relações sociais apontam o esvaziamento do uso, como também a separação dos lugares de realização da vida em decorrência da refuncionalização destes lugares da cidade provocada pelo desenvolvimento da divisão espacial do trabalho. No contexto do processo de explosão e/ou transformação a morfologia urbana sinaliza as transformações das funções e estruturas da cidade num processo contínuo-descontínuo tanto no tempo quanto no espaço. Esse processo rápido de mudança faz com que os cidadãos vivam um processo de estranhamento em relação à cidade que aparece, no plano do vivido, como caos e desordem. Deste modo, o movimento da reprodução do espaço urbano revela as mudanças que

ocorrem no mundo moderno, tanto no que se refere às transformações das cidades, quanto na vida urbana, pois a realidade urbana revela-se enquanto prática sócio-espaço-temporal.

Os conteúdos da forma urbana - como sinal das transformações da sociedade atual e percebida como estranhamento - sinalizam a atualização da alienação do mundo moderno passível de ser constatado no movimento atual da reprodução do social espaço que coloca a produção da cidade – obra civilizatória - em confronto com o sujeito produtor. Deste modo a cidade estranhada aparece como obra alheia à sociedade. Já o plano do discurso que sustenta as ações transformadoras da cidade, reforça a alienação. Expressa este fato, por exemplo, o modo como a cidade de obra/produção social, torna-se sujeito da ação definidora de seus destinos – isto é, a cidade é apresentada como sujeito da ação planejadora dissimulando, nesta estratégia, a sociedade desigual produtora da cidade segregada.

O plano do lugar e da vida cotidiana

O contato do indivíduo com a cidade é marcado pelos atos e atividades impostos pela realização e reprodução da vida. O plano do lugar revela as formas de uso como modo, como o sujeito se apropria do mundo, produzindo-o à sua imagem e se reproduzindo, a si próprio, como humano (dialeticamente) neste processo. Nessa direção espaço e tempo da ação fazem parte do processo que recria, constantemente, o humano.

Inicialmente o homem habita o mundo vivenciando-o através do corpo, para em seguida perceber e vive-lo a partir de sua morada – uma realidade objetiva e povoada de objetos - que ganha sentido à medida que a vida se desenvolve ao longo do tempo. No plano do habitar – que guarda a dimensão do uso – desponta o “usador” em sua presença real e concreta, iluminando o plano do vivido. Mas a vida não se resume a estes lugares, ela é expressão de um deslocamento de ações que se desenrolam em outros lugares; mas a partir dele. Do lugar aonde se habita, uma teia de relações sociais vai se construindo com a criação de referenciais espaciais que, através da ação, vai criando as bases da identificação entre o indivíduo e o mundo na relação entre o espaço privado – da construção de um história individual - e o espaço público – aquele da construção de uma história coletiva. A vida vai se constituindo, portanto, entre o limiar da casa e aquele da calçada e da rua, numa dialética entre o dentro e o fora. Isto porque o habitar cria e interliga um conjunto de ações em planos e escalas espaço-temporais que se revelam entre o público e o privado, entre o indivíduo e a coletividade.

Pontuado pelos gestos, o corpo se apropria do espaço através do uso que se define pelas necessidades impostas pela concretização da vida envolvendo os lugares da ação coletiva pontuado pela troca social. Revela-se no uso da rua, no mercado ou centro comercial, nas feiras de rua, nos pequenos locais ocupados pelos prestadores de serviços, nos usos dos parques e praças, etc. Como decorrência, as formas materiais arquitetônicas, o traçado das ruas, a morfologia do lugar e a paisagem como articuladora desse conjunto, guarda um conteúdo social vindo da prática enquanto modo de uso, formas de acesso aos lugares de realização da vida posto que as relações sociais se realizam enquanto relações espaciais. Através uso, do corpo em ato e movimento, na concretização das atividades mais banais da vida, realizam-se no espaço-tempo da vida cotidiana.

O espaço público tem uma multiplicidade de sentidos para a sociedade em função da cultura, hábitos, costumes, que não pode ser negligenciado. Neste caminho é, substancialmente, troca, movimento que se relaciona à atividade plena do indivíduo pela relação com o outro e definidora de seus destinos. Lugar onde se realiza um tipo de troca de conteúdo social diferente daquela que dá conteúdo ao espaço privado – do oikos, dominado por relações hierárquicas definidas no seio da/pela família e das relações de parentesco – o espaço público expõe tensões, ambiguidades, conflitos mais agudos. Mas também, diferenciando-se do nível do privado contempla a possibilidade do acaso e o inesperado.

A contradição espaço público-espaço privado revela a práxis como prática socioespacial fundando as relações sociais, condição de realização da vida humana em sua multiplicidade. Espaços privados e públicos – em sua indissociabilidade – são marcados por formas de apropriação diferenciadas, pelo conteúdo das relações sociais dos sujeitos em confronto na ação, enquanto momentos privilegiados que constituem a identidade cidadão/cidade como relação contraditória: o dentro e o fora, o individual e o coletivo, o protegido e o violento. Assim, a esfera pública, bem como a privada, pressupõe e requerem um espaço efetivo para sua realização construindo um espaço-tempo da ação que orienta a vida em sociedade.

Os habitantes se relacionam com o outro e com o espaço, em sua ação, orientam a produção do espaço e, neste movimento, constituem-se enquanto sociedade em sua identidade cultural. Os lugares da prática que se descrevem em ato, revelam a vida cotidiana enquanto prática sócio-espaço-temporal – estas são a base sobre a qual se constrói a memória, que não tem mais lugar “neste mundo enlouquecido”, como outrora escreveu Shakespeare em Hamelet.

Metamorfoses na/da cidade

As marcas do rápido processo de transformação que vivemos hoje, em meio a constituição do processo de mundialização da sociedade urbana estão impressos, tanto na paisagem, como na consciência. A efemeridade das formas, produto das metamorfoses urbanas, dá hoje, sentido à metrópole – lugar aonde estas aparecem com maior profundidade, comandando sua extensão para o território. A constituição da mundialidade, por sua vez, com seus novos padrões culturais, invade a vida cotidiana recriando constantemente novos valores, novos signos, definidores de novos comportamentos enquanto destroem símbolos, transformam os modos de uso do espaço, mudando as relações entre os cidadãos e, destes com a cidade.

O processo de produção-reprodução do espaço aponta a sociedade como sujeito através do trabalho criador de formas com as quais nos defrontamos. Numa grande cidade, as formas urbanas se recriam constantemente, com velocidade acrescida, ganhando sempre novos sentidos que anunciam novas funções. As novas tecnologias, que mudaram o sentido do tempo, com o desenvolvimento dos meios de comunicação, mas também profundamente, o processo produtivo, imprimem uma nova racionalidade à produção do espaço urbano orientado à sua reprodução. O processo de reprodução do espaço, a partir do processo de reprodução da sociedade, se realiza, hoje, produzindo novas contradições suscitadas pela extensão do capitalismo. Essas novas contradições, todavia, repõe em seu desdobramento, a centralidade do processo que funda a produção do espaço no capitalismo: a apropriação privada do espaço produzido pela sociedade em sua totalidade, pela mediação da propriedade privada da riqueza.

Dos meios de produção à casa como lugar da reprodução da espécie, todos os lugares da vida passam, no capitalismo, pela mediação da troca mercantil. Como consequência estende-se a propriedade privada para todos os planos da vida. A propriedade e sua concentração erguem as fronteiras urbanas em suas várias formas: sejam elas impostas pela existência da privatização do solo urbano, pelo mercado imobiliário, pelo narcotráfico, pela existência de gangues/milícias. A vida urbana tem se reduzido aos lugares fechados e vigiados. O espaço público, ele próprio, esvaziado, empobrecido pela construção de grades, povoado por câmeras de vigilância, vai perdendo sua capacidade de uso dos mais diferentes membros da sociedade em sua diversidade.

Nos processos de renovação urbana o espaço público vai aos poucos ganhando outro sentido, torna-se objeto de consumo. Neste caminho o espaço público é invadido pela lógica do valor de

troca no movimento do processo que produz a cidade como mercadoria. Assim, no plano da cidade, a contradição espaço público-espaço privado vai revelando outra práxis pela deterioração dos espaços privados (produto da transformação da moradia em mercadoria), pelo esvaziamento da centralidade urbana (com a criação de subcentros de consumo), pela expansão desmesurada das periferias urbanas provocadas pelo aumento da população de trabalhadores que não pode pagar por um alojamento nas áreas centrais.

O estágio atual da economia potencializa a metrópole: a) enquanto lugar da concentração da riqueza (da mobiliária à imobiliária) com a generalização do mundo da mercadoria que torna o uso do espaço urbano cada vez mais dominado pelo valor de troca; b) como lugar de criação do cidadão enquanto consumidor e c) enquanto lugar de concentração de poder que acompanha a concentração da riqueza. Estes conteúdos orientam as alianças que vão projetar no espaço estratégias diferenciadas. A produção da metrópole, comandada pela plena realização do econômico, elimina aos poucos seu sentido como obra, espaços de criação e gozo, isto é lugar de pleno uso da sociedade em sua totalidade.

A reprodução do espaço realiza-se hoje através de uma forte intervenção do Estado através de políticas públicas orientadas pelos processos cumulativos do capital. O modo como a acumulação se realiza no mundo moderno, na passagem da hegemonia do capital industrial ao capital financeiro, concretiza-se, preferencialmente, através de novas atividades econômicas que priorizam os serviços que requerem a produção de um novo espaço para sua realização. Portanto, na esteira das transformações do processo produtivo, o capital acumulado tende a dirigir-se para novos setores da economia. Estas novas atividades apoiadas em nova tecnologia e novas formas de gerenciamento, é decorrente de um novo grau de competitividade – no seio da economia mundial - e requer a construção de áreas específicas (marcadas pela centralidade) para sua realização. Nossos estudos[5] revelam que a reprodução econômica se faz, desde o final do século XX, através da recriação dos lugares da metrópole (no caso São Paulo) como possibilidade de superação da crise econômica decorrente da crise do fordismo e da passagem de uma economia assentada na indústria para uma economia orientada por novas atividades (comercio, serviços, comunicação e tecnologia), no momento em que a reprodução do urbano entra na esfera dos negócios de modo a permitir a realização do capital. Nesta fase de crise do setor industrial, o processo de reprodução do espaço da metrópole aparece como estratégica para a realização do capital excedente que se volta ao setor financeiro orientando o investimento na produção imobiliária, como condição de ampliação do capital. Neste movimento o sentido do espaço

assume também, e preferencialmente, a condição de capital fixo no movimento de seu ciclo de acumulação.

Inicialmente, esse novo processo se faz através da intervenção nos "lugares da metrópole". Operações cirúrgicas são impostas pelo planejamento funcionalista, na metrópole, numa sincronia nas formas que revelam as estratégias as mais diversas dos agentes subordinados à reprodução das frações do capital. Este por sua vez, aponta uma relação complexa entre o Estado e a produção do espaço, na medida em que, só o poder político tem possibilidade de intervir, permitir ou coordenar a intervenção espacial, como é o caso das revitalizações urbanas que, apoiadas em leis, exigem expulsão de moradores, ou ainda mudanças de zoneamento e de padrão construtivo, vão marcando não só a paisagem da metrópole, mas os modos de usos/acessos dos lugares. Se o poder do Estado se exerce através da produção do território, enquanto dominação política (a construção do território como base da nacionalidade e do poder estratégico do Estado), agora se trata também de pensar a atuação do Estado na reprodução do espaço urbano enquanto momento necessário do processo de acumulação – quando ele próprio de força produtiva para o capital se transforma em mercadoria do processo de produção.

Esclarece-se aqui, o movimento da reprodução do espaço urbano como condição da reprodução do capital sob o comando do Estado que normatiza o uso do espaço através de leis, normas, mas também do planejamento através de planos diretores, direcionando e hierarquizando o investimento nos diversos lugares em função da lógica do crescimento. Esse movimento se faz através do poder local produzindo alianças que fundamentam as escolhas e dirigem a política de investimento e intervenção na metrópole, o que não se faz sem dificuldades. Há, certamente, os interesses privados dos diversos setores econômicos da sociedade que veem no espaço, a condição de realização da reprodução econômica – exigindo a criação da infraestrutura necessária ao desenvolvimento de cada atividade de modo a permitir uma equação favorável à realização do lucro. Mas cada fração de capital atua segundo sua lógica ora se contrapondo, ora se articulando para realizar, prontamente seu fim que é a reprodução constante, em conflito com a sociedade local.

No plano do lugar a reprodução do espaço urbano sinaliza o momento em que o capital financeiro se efetiva através da reprodução do espaço no movimento de transferência da aplicação do dinheiro do setor produtivo industrial para o setor imobiliário, associado ao conjunto das indústrias voltadas à construção civil. Neste momento, o setor financeiro encontra na reprodução do espaço urbano uma possibilidade de realização do investimento produtivo, enquanto o setor

imobiliário reproduz (aliado à indústria da construção civil) constantemente o espaço como mercadoria consumível. Verificam-se dois movimentos justapostos e articulados: a produção da metrópole viabilizando a realização do ciclo do capital (aqui se trata da produção de mercadorias) ao mesmo tempo em que, em sua dimensão material, serve à reprodução do capital financeiro (aqui o espaço se torna ele próprio condição da produção). Assim, diante das contradições postas ao processo de valorização, o capital encontra na reprodução do espaço o lugar da possibilidade de resolver a crise de acumulação. Nesse caso, o capital financeiro, associado ao capital industrial (o setor de construção civil) e para atender a uma nova demanda da economia – o crescimento do setor de serviços – precisa da aliança dos empreendedores imobiliários com o poder municipal para se desenvolver, garantindo a gestão da metrópole dentro dos padrões necessários à reprodução continuada do capital.

Esse processo revela também, que o espaço urbano se reproduz não só enquanto condição, mas também como produto do processo de reprodução política e econômica revelando a condição de "valor de troca" do espaço como produto direto do processo de generalização da mercadoria no mundo moderno que tornou o próprio espaço uma mercadoria (primeiramente associado ao desenvolvimento da produção industrial) e que hoje se desdobra na produção do próprio espaço urbano como negócio.

O processo de reprodução do espaço urbano metropolitano dá-se de modo intenso pela construção, autoconstrução e pela destruição de bairros inteiros em função da necessidade da acumulação. O deslocamento dos estabelecimentos industriais na metrópole abre a possibilidade de mudanças no uso dando lugar a uma nova produção redefinindo a função destas áreas. Aqui temos três comportamentos do mercado imobiliário no movimento da reprodução do espaço metropolitano como alteração no plano do construído: a) a produção de um setor residencial voltado às classes de poder aquisitivo médio e médio/alto nas antigas áreas industriais com localizações destituídas de centralidade; b) a construção de edifícios de escritórios e de setores de serviços/comercio modernos nas áreas de extensão da centralidade metropolitana[6]; c) as estratégias de revitalização/renovação das áreas ocupadas no centro metropolitano mudando seus usos e funções que estão, agora, voltados ao consumo do lugar – pelo turismo e lazer - de modo a recompor o centro que havia se deteriorado com a fuga dos investimentos que se requer atrair com a renovação. As intervenções urbanas vêm acompanhadas de um processo de revalorização do solo urbano – produto direto da incorporação de trabalho social na transformação morfológica e arquitetônica – que, ao mudar o uso do espaço pela imposição do

valor de troca, promove um deslocamento da sociedade do “espaço renovado”. Novas atividade revitalizando o valor de troca, mudam o uso e expulsam aquele que não está apto a pagar pelo processo de valorização (fato este que se estende no espaço urbano atual em todas as escalas do território nacional e dos países). A revitalização produz a “assepsia dos lugares”, pois o "degradado" – mote no processo de revitalização - é sempre o que aparece, como o pobre, o sujo, o feio exigindo sua substituição pelo rico, limpo, bonito e atraente, recriando as particularidades do local (reais ou fictícias) que não condizem com a pobreza e que passam a atrair uma parcela da população que pode pagar para consumi-lo. Aqui a reativação do uso/função do centro reativa o processo de valorização.

Na realidade, o combate ao degradado no centro das metrópoles – pelos processos de revitalização – ao revalorizarem os lugares dentro da metrópole, “revitalizam a propriedade” e longe da “erradicação da pobreza e do pobre”, que destituídos de sua cidadania são expulsos destas áreas revalorizadas com estratégias dissimuladoras - aumenta a desigualdade. Não faltam exemplos dessas mudanças, mas no caso de São Paulo a revitalização da Praça do Patriarca, no centro histórico da metrópole, pode ser elucidativa. Sua reforma extinguiu os terminais de ônibus ali existente que, sem passageiros transitando, erradicou o comércio ambulante e para finalizar um projeto arquitetônico criou um grande pórtico branco, sem quaisquer relações com a praça, com sua história real nem com a vida da praça sinalizando, nitidamente, a produção do espaço amnésico.

Nesses processos a monumentalidade modernizadora é excludente e destruidora da memória geradora da amnésia. Portanto, se de um lado a transformação urbana é de ordem formal e se refere a possibilidade das possíveis reestruturações das formas espaciais urbanas, o processo, fundamentalmente, de ordem social, naturaliza o espaço urbano esvaziado de seu conteúdo de criação social. Redesenhado os lugares na prancheta, os planos de revitalização - como estratégia econômica - promovem não só a gentrificação (expulsão da população pobre que não pode pagar pela valorização do lugar), mas a mudança dos acessos dos usadores ao centro/ centralidade da metrópole como lugares dos encontros de desiguais capazes de renovar a política e a participação democrática. Nesta perspectiva as ações de planejamento comandadas pelas alianças entre o setor público e o privado, transformam sem cessar os usos dos lugares e com estes as modalidades e os tempos do uso definidores dos conteúdos da prática sócio-espaço-temporal, posto que a extensão do capital se concretiza, realizando a lei do valor através da generalização do espaço-mercadoria, limitando seu acesso àqueles que podem comprá-lo tanto como modo de

habitar como acesso ao uso. No plano da metrópole, como um todo, essas políticas vão criando espaços fragmentados, comprados e vendidos no mercado imobiliário, revitalizados ou degradados pela ação do planejamento sedimentando a desigualdade social, através da imposição da propriedade, aprofundando a segregação.

A dominação imposta pelas necessidades do poder político em articulação com a empresa privada produz o espaço homogêneo ao mesmo tempo, que contraditoriamente, impõe a fragmentação pela realização da propriedade privada que vende a metrópole em pedaços. A reprodução do espaço urbano na atualidade ao fragmentar a totalidade urbana a partir do estabelecimento de funções bem delimitadas e separadas entre si - aquela do morar, do trabalho e do lazer - redefine a vida pela potência organizadora e totalizadora do Estado e da extensão do mundo da mercadoria. Revela-se aqui a contradição entre a produção do espaço enquanto valor de uso e a imposição da lógica do valor de troca na sua reprodução. Assim, o cidadão que vive na metrópole e que mantém com seus lugares uma relação de apropriação e de identidade se depara, hoje, com o outro do uso: o valor de troca do espaço subordinado (cada vez mais) à lógica do mercado e as necessidades da cumulação. Deste modo, o dinamismo do processo de produção espacial será determinado pelo conflito decorrente das contradições inerentes às diferenças de necessidades e pontos de vista de uma sociedade de classes.

Essa contradição que surge no processo de produção do espaço está no fundamento das lutas entorno do uso dos lugares da metrópole iluminando: a) a produção do espaço como momento constitutivo da vida humana; b) o papel do espaço urbano na efetivação do processo de valorização, como condição de realização do capital (na sua dimensão tanto de força produtiva, quanto de mercadoria) e; c) um novo papel do Estado através da intervenção na reprodução do espaço urbano.

Metamorfoses na vida cotidiana

O mundo urbano revela uma profunda transformação nas relações da sociedade com os espaços-tempo enquanto momento e movimento da reprodução da sociedade saída da história da industrialização em direção a constituição de uma sociedade urbana (mundializada) apoiada em novos padrões sociais e estéticos que não deixam de invadir também o campo, transformando-o profundamente. Como as formas se associam ao uso, dois tempos podem ser percebidos na paisagem urbana; aquele da história e do contexto de sua transformação; aquele do contexto e do

tempo do seu uso. O primeiro tempo se refere aquele do tempo da morfologia urbana que contém a história da cidade e o segundo se refere ao tempo e ritmo da vida na cidade que permite a construção das referenciais da vida urbana. A morfologia está carregada de um valor social que faz parte do quadro de referências da vida e, ao constituir praticamente a identidade sociedade/lugar é constitutiva da memória. Assim, a sequência das passagens de uma forma urbana (arquitetônica) à outra, assumido funções diferenciadas, compõe a totalidade da vida, marcando os ritmos da vida cotidiana que se ligam à duração das formas e de suas funções e estes a construção da identidade que sustenta a memória.

Hoje, as transformações espaço-temporais que traduzem as transformações realizadas em função da lógica da acumulação atuam diretamente na constituição de outra relação do habitante com o outro e com o lugar. As constantes renovações se fazem com novas construções – os grandes monumentos arquitetônicos, as pontes, ampliação do sistema viário – mudando os usos do espaço, suas funções acompanhadas pela mudança nos acessos aos lugares de realização da vida que vão, aos poucos, se restringindo ao plano do privado. Enquanto o sistema viário abre cicatrizes urbanas que marcam, cada vez mais, os bairros, separando e segmentando os lugares provocado pelo ato de planejar a cidade, o sentido da vida vai perdendo sua riqueza. As mudanças, por isto, mesmo, produzem a perda das referências de reconhecimento pela imposição das alterações/destruições das relações de vizinhança; empobrecimento/normatização/diminuição de áreas públicas, redefinição do trânsito; mudando percursos, substituição das funções residenciais, por atividades econômicas e o fim das atividades de comercio e serviço “de bairro” (o pequeno comércio que caracteriza a vida de bairro). Esta mudança é particularmente importante, pois esse tipo de comércio era agregador pela relação íntima entre comprador-vendedor de mercadorias e serviços, marcando os tempos-espaços da vida cotidiana. Isto porque, as pessoas se encontravam na venda, nas feiras semanais (aonde eram atendidas pelos mesmos comerciantes), no açougue, nas casas das costureiras, nas pequenas lojas dos sapateiros, tintureiros, nas farmácias, etc. Estas marcavam um tempo de consumo associado a um tempo de encontro e de conversa. Parte significativa das ações organizadas pelo movimento social contrário à realização da Operação urbana Faria Lima, em São Paulo, nos anos 90, se realizava nestes lugares aonde as mulheres se encontravam. Hoje, um novo tempo e um novo espaço se impõem à realização da vida aonde as pessoas não mais e encontram e as conversas não tem mais lugar. A farmácia dá lugar à drogaria, a venda e a feira-livre ao supermercado; os serviços se mudam para os shoppings centers, etc... As novas atividades, nos bairros

metamorfoseados, são também, marcadas pelo efêmero: bares, restaurantes, pequenas lojas abrem e fecham com rapidez impressionante. Nada perdura. Em muitos bairros da metrópole, o comércio deixa de existir. Na verdade, estas atividades são substituídas pelos supermercados e shopping centers e suas "áreas de serviços", aonde as pessoas já não mais se encontram, em lugares distantes. Essa situação vem acompanhada pelo eclipse da rua.

Estas mudanças obrigam as pessoas e se readaptarem, transformando e esvaziando as relações de sociabilidade. Por outro lado, se o espaço privado é invadido ela propaganda, o espaço público saturado de imagens, signos do urbano e da vida moderna, age como elemento norteador dos comportamentos e definidores dos valores que organizam a troca, hierarquizando os indivíduos através de seu acesso aos lugares de consumo da metrópole. São fatos que apontam as transformações do espaço público e o antigo sentido do uso que cadenciava a vida no bairro.

O novo plano das ruas vai revelando a nova ordem da metrópole imposta pela nova ordem urbana segregadora, esvaziando a rua e empobrecendo a vida de bairro agora redefinida com os parâmetros, impostos pela sociedade de consumo, sob a lei do valor de troca. As relações de troca na metrópole, esvaziadas, se formalizam, revelando o contrato e seu equivalente, o dinheiro. Aqui o emprego do tempo que comanda a vida social é esvaziado de sentido. O cotidiano é o encadeamento dos atos que forma a base a partir da qual a reprodução do capital se afirma, engendrando um espaço e tempo sociais articulado a um sistema programado pelas exigências da acumulação do capital que se realiza no cotidiano, produzindo-o como momento necessário desta acumulação. Isto é, o tempo e o espaço da vida cotidiana vão sendo invadido por exigências novas e organizado segundo a lógica da sociedade de consumo. O uso do lugar, que comporta um emprego de tempo, vai se explicitar num tempo e espaço homogêneos, como medida abstrata que passa a comandar a vida social.

Para o sujeito, o tempo presente aparece sem espessura e o passado, enquanto memória impressa nas formas, se transforma na privação da identidade advinda da prática sócio espacial real esvaziada pelo uso normatizado e imposto pela lei do valor. O mundo se impõe como efêmero, produto da multiplicação exponencial das coisas materiais e imateriais que afeta nossos sentidos e nossa percepção da realidade. O passado que pertence a memória, como o tempo do ontem que esclarece e elucida as formas do presente entra em choque com o presente sem espessura que mata a história e, desmancha a perspectiva do futuro. O momento presente entra em confronto com o passado.

Atualização da alienação no mundo moderno

O novo momento da acumulação se centra, assim, no processo de reprodução do espaço como elemento-chave da problemática do mundo moderno, tanto do ponto de vista de realização do processo de acumulação e da ação do Estado em direção à criação dos fundamentos de sua própria reprodução, quanto aquela da reprodução da vida. Produto da explosão/implosão da cidade, os lugares da realização da vida expõem e reforçam o poder da propriedade privada, do dinheiro, solidificando um conjunto de valores éticos e estéticos orientadores da vida urbana, atualizando a alienação. A reprodução do espaço urbano, portanto, traz em si o processo de alienação, ela a realiza pela extensão do capitalismo que tomou o espaço fazendo dele, condição de sua produção, primeiro como recurso, depois como força produtiva, e finalmente, mercadoria reprodutível para o capital. Esse processo traz em si um confronto com uso do espaço como movimento necessário à realização da vida.

Nesse processo, o uso se defronta, constantemente, com as restrições sempre ampliadas da realização-extensão, ora da propriedade privada do solo (e da concentração da riqueza), ora das necessidades da produção/circulação da mercadoria (para realização do ciclo do capital); ora com o mercado imobiliário que transforma o espaço em mercadoria. A dialética valor de uso-valor de troca que invade, a prática socioespacial, determina-a. Este é o modo como o capitalismo age estrategicamente de modo a superar suas contradições. Assim os conteúdos da prática socioespacial, iluminam o confronto entre as necessidades da vida cotidiana e da manutenção da vida, e as estratégias da reprodução econômica, enquanto processo de valorização do capital, superando suas crises.

Nesse momento a metrópole - obra social - se reproduz como o negativo do humano e, nessa condição, se impõe ao seu criador como potência estranha. Mas a produção do urbano como negócio, que se produz sob a lógica da mercadoria, contempla o seu outro: as resistências e insurgências contra as ações que constituem a vida como privação nos espaços segregados. Aqui localizam-se as mais diversas formas de contestação. Aqui está o germe da luta pelo “direto à cidade”, como projeto utópico. Portanto, as situações que emergem no seio da realidade, como urgência na vida cotidiana fragmentada/normatizada, vêm acompanhadas da aspiração a uma “outra vida”. Gerada no seio de uma passividade controlada, o cotidiano é também o lugar aonde se restaura a dialética da necessidade e do desejo.

Mais do que trabalhar as lutas que emergem no seio da sociedade desigual, na metrópole segregada, este artigo pretendeu esboçar os fundamentos dos conflitos que eclodem na metrópole.

Referências bibliográficas

Ansay, P. & Schoonbrodt, R. Penser la ville (Choix de texts philosophiques), Bruxelles: AAM editions, 1989.

Arantes, O. "Vendo a cidade". Revista Veredas, ano 3, nº 36, São Paulo: CCBB, dezembro de 1998 pp 21-23.

_____. Urbanismo em fim de linha, São Paulo: EDUSP, 1998.

Ascher, F. Métapolis: ou l´avenir des villes. Paris: Éditions Odile Jacob, 1995.

Augoyard, J. F. Pás à pás (Essai sur le cheminement quotidien en millieu urbain), Paris: Éditions du Seuil, 1979.

Baudelaire, Charles, Les fleurs du mal, Paris , Calman Levy,:s/d.

Bosi, E. Memória e Sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

Carlos, Ana Fani A. A reprodução da cidade como "negócio". In: CARLOS, A. F. A.; CARRERAS, C. Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole. São Paulo: Contexto, 2005, p. 29-37.

Carlos, Ana Fani A. O espaço urbano in www.gesp.fflch.usp.br, São Paulo: USP, 2004

Carlos, Ana Fani A. A condição espacial. São Paulo- Contexto, 2011

Carlos, Ana Fani A. A tragédia urbana, in A cidade como negócio, São Paulo, Editora Contexto: 2015. pp43/64

Carlos, Ana Fani A. A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista, in Crise Urbana, São Paulo, Editora Contexto: 2015, pp25/36

Carlos, Ana Fani A. et ali A cidade como negócio, São Paulo, Editora Contexto: 2015.

Carlos, Ana Fani A. La ségregación urbana y las luchas por el derecho a la ciudad, in Urbanización planetária, y la reconstrución de la ciudad, Arturo Orellana e Felipe Link, editores , RIL editores, Santiago del Chile,2016, pp 319/335

Carlos, Ana Fani A. Espaço-tempo na metrópole. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2001, Contexto, Edição eletrônica www.gesp.fflch.usp.br, 2017

Carlos, Ana Fani A. .A privação do urbano e o " direito à cidade", in Justiça Espacial e Direto a Cidade, São Paulo, Editora Contexto: 2017 pp33/62

Gomes, P. C. da C. A condição urbana. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2002.

Lefebvre, Henri. Le droit à la ville. Paris, Éditions Anthropos: 1968.

Pacquot, T. L´Homo urbanus. Paris: Essai Éditions du Félin, 1990.

Perec, G " Éspeces d´espaces. "Le corps" Éditions du Seuil, Paris, 1995

Roncayolo, M. Les grammaires d´une ville (Essai sur la genèse des structures urbaines à Marseille). Paris, EHESS: 1996.

Virilio, P. Esthétique de la disparition. Editions Balland. Paris: 1980.

[2] Tese desenvolvida no livro A (re)produção do espaço urbano, o caso de Cotia, São Paulo, EDUSP, 1994.

[3] Ideia desenvolvida no livro" A condição espacial, Contexto, 2011

[4] Ideia desenvolvida no livro O espaço urbano www.gesp.fflch.usp.br

[5] Ver, por exemplo: o livro "Espaço e tempo na metrópole" (www.gesp.fflch.usp.br) e os capítulos de livros: "A tragédia urbana", in A cidade como negócio (2015). "A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista", in Crise Urbana, (2015)

[6] Como desenvolvido no livro "Espaço e tempo na metrópole"